

Companhia Usina Tecpar

CNPJ nº 03.669.906/0001-91

Relatório da Administração

que mostraram boa evolução operacional, com melhorias significativas no desempenho dos equipamentos, produtividade e custo operacional.

PERSPECTIVAS 2013

A Usina Tecpar encontra-se, atualmente, dedicada à continuidade dos testes que permitirão um maior avanço nos indicadores operacionais e econômicos.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2012	2011
Receita (Nota 16)	483	-
Custo dos produtos vendidos (Nota 17)	(4.037)	-
Prejuízo bruto	(3.554)	-
Despesas		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(48.121)	(17.204)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(179)	(15.755)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(51.854)	(32.959)
Despesas financeiras	(59)	(25)
Receitas financeiras	3	15
Despesas financeiras, líquidas	(56)	(10)
Prejuízo do exercício	(51.910)	(32.969)
Ações em circulação ao final do exercício (em milhares)	112.214	112.214
Prejuízo por ação do capital social - em R\$ por ação	(0,463)	(0,294)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(51.910)	(32.969)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 7)	15.692	5.966
Provisão para contingências (Nota 17)	410	-
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido dos estoques (Nota 5)	3.748	9.789
(Aumento) redução de ativos	(87)	-
Contas a receber de clientes	(4.079)	(14.393)
Estoques (Nota 5)	(1.807)	(2.863)
Impostos a recuperar (Nota 6)	(194)	(154)
Outros ativos	-	-
Aumento (redução) de passivos	-	-
Fornecedores (Nota 9)	(43)	2.191
Obrigações tributárias (Nota 10)	32	(117)
Salários e obrigações sociais (Nota 11)	2.173	385
Partes relacionadas (Nota 12)	-	1.888
Outros passivos	10	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(36.055)	(30.261)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens para o imobilizado (Nota 7)	(6.093)	(19.933)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.093)	(19.933)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 13)	43.165	50.207
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	43.165	50.207
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.017	13
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	14	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	1.031	14
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas no ano de 2012 demonstraram evolução do desempenho do processo Tecnored para alcance dos índices de performance, que constituem pré-requisitos para investimentos futuros.

São Paulo, 02 de maio de 2013

A Administração			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total

Em 1 de janeiro de 2011	112.214	(4.385)	107.829
Prejuízo do exercício	-	(32.969)	(32.969)
Em 31 de dezembro de 2011	112.214	(37.354)	74.860
Prejuízo do exercício	-	(51.910)	(51.910)
Em 31 de dezembro de 2012	112.214	(89.264)	22.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2012	2011	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(51.910)	(32.969)	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização (Nota 7)	15.692	5.966	
Provisão para contingências (Nota 17)	410	-	
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido dos estoques (Nota 5)	3.748	9.789	
(Aumento) redução de ativos	(87)	-	
Contas a receber de clientes	(4.079)	(14.393)	
Estoques (Nota 5)	(1.807)	(2.863)	
Impostos a recuperar (Nota 6)	(194)	(154)	
Outros ativos	-	-	
Aumento (redução) de passivos	-	-	
Fornecedores (Nota 9)	(43)	2.191	
Obrigações tributárias (Nota 10)	32	(117)	
Salários e obrigações sociais (Nota 11)	2.173	385	
Partes relacionadas (Nota 12)	-	1.888	
Outros passivos	10	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(36.055)	(30.261)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens para o imobilizado (Nota 7)	(6.093)	(19.933)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.093)	(19.933)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 13)	43.165	50.207	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	43.165	50.207	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.017	13	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	14	1	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	1.031	14	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

13. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL
O saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital se refere a recursos adiantados pela controladora com objetivo de financiamento das operações da Companhia, o qual será oportunamente capitalizado.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	Processos trabalhistas e tributários
	(i)
Em 31 de dezembro de 2011	-
No resultado	-
Provisões no ano	410
Em 31 de dezembro de 2012	410

(i) Referem-se substancialmente a processos trabalhistas impetrados por ex-funcionários da Companhia, os quais são acompanhados pelos consultores jurídicos da Companhia, e para os quais a estimativa de perda é provável.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A quantidade total de ações autorizadas é de 112.214 ações. O capital social, totalmente integralizado, em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 112.214 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

16. RECEITA LÍQUIDA	2012	2011
Receita bruta	693	-
COFINS sobre vendas	(54)	-
ICMS sobre vendas	(114)	-
IPIS sobre vendas	(30)	-
PIS sobre vendas	(12)	-
Deduções da receita bruta	(210)	-
Receita líquida	483	-

17. DESPESAS POR NATUREZA	2012	2011
Salários e encargos	15.771	6.317
Depreciação e amortização	15.692	3.880
Serviços prestados por pessoas jurídicas (i)	8.191	6.339
Outras despesas	12.685	668
Total de custo dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas	52.158	17.204

(i) Incluem, principalmente, despesas com consultoria em engenharia, serviço de manutenção e consultorias.

18. IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	51.910	32.969
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	17.649	11.209
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(16.510)	(7.819)
Outras despesas permanentes não dedutíveis	(1.139)	(3.390)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-

A Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social em 31 de dezembro de 2012. Em 2012, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre tais prejuízos fiscais e bases negativas, pelo fato de a Companhia ainda não reunir todas as condições para reconhecimento desses créditos tributários de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esses benefícios fiscais não têm prazo de prescrição; entretanto, sua utilização é limitada a 30% do tributo devido anualmente.

19. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO



A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: i) risco de crédito; ii) risco de liquidez; e iii) risco de mercado.
(a) Estrutura de gerenciamento de risco: O Conselho de Administração da controladora tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco das entidades do grupo Tecnored. O Conselho é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco do grupo Tecnored são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.
(b) Risco de crédito: Considerando que a Companhia não tem ativos financeiros significativos, não há exposição significativa ao risco de crédito.
(c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase inicial de operação e todas as operações são garantidas por meio de suporte da controladora, conforme acordo de investimentos firmado em dezembro de 2009 (Nota 1). A Companhia não possui dívidas bancárias.
(d) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam impactar os negócios da Companhia. Considerando que a Companhia não tem ativos ou passivos significativos em moeda estrangeira ou em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado e das taxas de câmbio.
(e) Gestão de capital: A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital em comparabilidade com os retornos esperados de seus investimentos. O capital não é administrado ao nível da Companhia, somente ao nível consolidado. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a controladora pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Diretoria	
Vinicius Mendes Ferreira	Rogério Tales Silva Carneiro
Flávio Ernesto de Almeida Eras - Contador CRC 1SP189.033/O-8	

Ênfase

8. Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 4.385 mil. A controladora da Companhia, por meio de seus acionistas, se responsabiliza pelos aportes de capital e investimentos necessários para manutenção das atividades da Companhia até que suas receitas futuras sejam suficientes para absorver os custos de suas operações, por meio de acordo de investimento firmado em dezembro de 2009. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São José dos Campos, 15 de maio de 2013

	Marcos Roberto Sponchiado
Auditor Independente	Contador
	CRC 2SP000160/O-5 "F"
	CRC 1SP175536/O-5

Pindamonhangaba SP, onde se realizam atividades para validação técnica e econômica da tecnologia Tecnored.

A comprovação da viabilidade tecnológica da Tecnored está associada ao alcance dos índices de performance.

RESUMO 2012

Em 2012, foram realizados testes na planta de demonstração industrial,

Balancos Patrimoniais (Em milhares de reais)	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores (Nota 9)	2.946	2.989	
Obrigações tributárias (Nota 10)	107	75	
Salários e obrigações sociais (Nota 11)	2.996	823	
Partes relacionadas (Nota 12)	4.840	4.840	
Outros passivos	5	-	
	10.894	8.727	
Não circulante			
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 13)	100.272	57.107	
Provisão para contingências (Nota 14)	410	-	
	100.682	57.107	
Total do passivo	111.576	65.834	
Patrimônio líquido (Nota 15)			
Capital social	112.214	112.214	
Prejuízos acumulados	(89.264)	(37.354)	
	22.950	74.860	
Total do passivo e do patrimônio líquido	134.526	140.694	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Usina Tecpar ("a Companhia" ou "Tecpar"), com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tem por objeto a construção e operação de usina de produção de ferro, de acordo com licença de tecnologia, patentes e demais direitos de propriedade intelectual relacionados com o processo de auto-redução de metais denominado "Tecnored", detido por sua controladora, bem como a comercialização do ferro produzido na usina. A Companhia é controlada integralmente pela Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A. A Companhia encontra-se atualmente em fase inicial de operação, com dedicação ao aprimoramento da eficiência da usina piloto e dos testes de comprovação da tecnologia "Tecnored". Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 4.385. A Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A., sua controladora, por meio de seus acionistas, se responsabiliza pelos aportes de capital e investimentos necessários para manutenção das atividades operacionais de suas investidas, que inclui a Companhia, por meio de acordo de investimentos firmado em dezembro de 2009.

2.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são consistentes com aquelas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de maio de 2013.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.
(b) Transações e saldos: Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de preparação das demonstrações financeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.
2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.
2.4 Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.
(b) Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.
(c) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos os quais são: financiamentos e fornecedores. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que os passivos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros são classificados como passivo circulante, a menos que Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações financeiras.
(d) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, haja o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(e) Impairment de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados ao final de cada período quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais

Anos	2012	2011
Móveis e utensílios	10	-
Briquetagem	8,5	-
Instalações	10	-
Computadores e periféricos	5	-
Outros equipamentos	10	-
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, essas partes são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação das receitas das alienações com o valor contábil e são reconhecidos no resultado do exercício. 2.7 Diferido: O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação da Companhia incorridos anteriormente a 31 de dezembro de 2008 e que, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, serão mantidos até o fim do prazo de amortização. 2.8 Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). 2.9 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.10 Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado; é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias, ou cambiais incorridas até a data do balanço. 2.11 Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo. 2.12 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. 2.13 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado, por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, reconhecidos no resultado, por meio do método de juros efetivos. 2.14 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda		

9. FORNECEDORES	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Terceiros	2.946	2.989
	2.946	2.989
10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
O saldo de obrigações tributárias totaliza em 31 de dezembro de 2012 R\$ 107 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2011) e é composto substancialmente por tributos retidos de terceiros. Esses tributos estão relacionados principalmente à prestação de serviços profissionais contratados pela companhia.		
11. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
Participação de funcionários nos resultados	1.674	2011
Férias a pagar	908	550
Outros salários e obrigações sociais	414	273
	2.996	823

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras			
Responsabilidade dos auditores independentes			
3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. 4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. 5. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que			